CORREIO DO ESTADO
QUARTA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 2015

CIDADES

cidades@correiodoestado.com.br

OBRAS

Governo do Estado já não garante conclusão do Aquário neste ano

Autoridades e empresa que instala aquários negociam contrato; esforço é para concluir obra em novembro

RAFAEL BUENO
GABRIELA COUTO

O impasse entre o governo do Estado de Mato Grosso do Sul e a Fluidra Brasil Indústria e Comércio ameaça atrasar ainda mais a obra do Aquário do Pantanal, que começou em 2011 e se arrasta desde então. A empresa, responsável pelo "suporte à vida" dos peixes no empreendimento, pede pelo menos mais R$ 3 milhões para estender o contrato até dezembro, o qual teve início em maio do ano passado. A administração de Reinaldo Azambuja quer aumentar o valor do contrato em, no máximo, R$ 1 milhão, quantia esta que começou em R$ 25 milhões e já passa dos R$ 29 milhões.

Segundo o secretário estadual de Infraestrutura, Marcelo Miglioli, o governo não mede esforços para entregar o empreendimento até o fim do ano, mas ainda não garante que o mesmo fique pronto no período. "Estamos fazendo de tudo para entregar a obra neste ano. É um projeto muito complexo, e se não tiver imprevistos terminamos em 2015". A gestão pretende prorrogar o contrato com a empresa até o fim de novembro. O governador afirmou nesta segunda-feira que a expectativa é inaugurar o Aquário até dezembro.

29 mi

CONTRATO
O contrato com a Fluidra Brasil Indústria e Comércio, empresa que instalará os tanques do Aquário do Pantanal, já consumiu R$ 29 milhões dos cofres públicos. Empresa quer mais R$ 3 milhões para prorrogar vínculo que vence amanhã.

Quanto ao reajuste, a administração quer pagar o que considera justo. "Nós vamos chegar a um consenso, mas a obra não vai paralisar. Nossa análise técnica chegou ao valor de R$ 1 milhão. Não achamos certo ser cobrados por um erro da administração passada", acrescentou o secretário da pasta.

A obra já teve custo de pelo menos R$ 244 milhões aos cofres públicos. Com contrato no valor atual de R$ 29 milhões, que vence amanhã, a empresa alega que teve prejuízos com a paralisação da obra, durante a troca da gestão estadual, em janeiro. Logo que assumiu, Reinaldo Azambuja determinou uma devasta nos contratos que envolvem a obra. Com isso, parte dos serviços foram paralisados até a definição pelo término ou não do empreendimento.

ALVARO REZENDE

ATRAÇÃO TURÍSTICA. Obra do Aquário do Pantanal se arrasta desde 2011

Pelo contrato, a Fluidra é a empresa responsável pelos "serviços de suporte à vida" no empreendimento. Ou seja, cabe a ela promover todo o aparato necessário para garantir as condições para sobrevivência das espécies que ficarão em exposição no Aquário. O governo do Estado só depende da Fluidra para fechar o cronograma de obras do Aquário para conseguir, enfim, marcar uma data de inauguração para a obra, que teve início em 2011.

Em dezembro, o ex-governador André Puccinelli já tinha autorizado aditivo no valor de R$ 4.093.617,74 para a continuidade do contrato por mais 120 dias. O contrato inicial foi firmado em 15 de maio do ano passado, ao valor de R$ 25.087.950,77. Mas com o acréscimo do primeiro aditivo, em dezembro, o valor subiu para R$ 29.181.568,51.

PRORROGAÇÃO
Sem chegar a nenhuma conclusão ou divulgar a constatação de algum tipo de irregularidade no prazo estabelecido, a comissão de auditoria criada pelo governador Reinaldo Azambuja (PSDB) para levantar todos os detalhes da obra do Aquário do Pantanal terá mais 90 dias para concluir a investigação.

Assim que assumiu o governo do Estado, Azambuja decretou, logo na primeira semana da gestão, a criação da comissão. O grupo tinha um prazo de 90 dias para analisar, avaliar e concluir a legalidade dos contratos e custos da obra emblemática de André Puccinelli.

Estado precisa de R$ 192 milhões para terminar obras da gestão passada

Para concluir as 301 obras inacabadas da gestão de André Puccinelli, o governo do Estado precisa de R$ 192.353.809,64. O relatório de obras apresentado ontem pelo governador Reinaldo Azambuja apontou que a antiga gestão deixou R$ 578.801.346,31 em contratos para execução de obras. Esse valor era dividido em R$ 222.531.604,58 para empreendimentos viários, R$ 182.724.290,69 para construções civis e R$ 173.072.027,79 para infraestrutura urbana.

Desses projetos que não foram executados, apenas R$ 331.705.785,84 foram pagos às empresas que assumiram os contratos. No caixa do Estado havia R$ 53.828.540,33, além dos R$ 913.210,50 que a empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul) repassa todos os meses para o governo. O valor foi insuficiente para cobrir os custos dos contratos, mas a nova administração afirma que concluirá todas as obras. "Esta é nossa missão. E até dia 31 de dezembro vamos ter 80% dessas obras prontas", disse o governador.

Dos 77 empreendimentos viários que ficaram para a atual administração, 21 das obras sem ordem inicial de serviço são de pavimentação em municípios que tinham representantes políticos adversários de Puccinelli. Outras duas obras são do trecho entre Bonito e Serra da Bodoquena, na BR-281, e outras três em áreas de usinas. Outras 64 obras são de infraestrutura urbana e 160 de empreendimentos civis. Neste grupo, foram canceladas as obras do Hospital Regional de Dourados e a Procuradoria-Geral do Estado.

Azambuja diz ter herdado rombo de R$ 253 milhões

De acordo com a auditoria feita nas contas públicas do governo do Estado, a antiga administração deixou um rombo de R$ 253 milhões para a atual gestão. A informação foi divulgada ontem pelo governador Reinaldo Azambuja, que especificou a dívida herdada do ex-governador André Puccinelli. Segundo o levantamento, foram R$ 143 milhões em dívidas de pessoal e R$ 110 milhões em dívidas com os fornecedores.

GERSON OLIVEIRA

RELATÓRIO. Reinaldo Azambuja acusou Puccinelli de 'calote'

"Diferentemente do que foi divulgado durante a transição, de que as contas estavam em dia, a nossa administração começou a gestão tendo que cobrir o calote deixado pelo antecessor", reforçou Azambuja. Sem cumprir com três metas do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), resultando em uma multa de R$ 24.803.580,34, o governo do Estado teve de assumir parte da dívida do passado e se viu obrigado a empenhar R$ 34 milhões para o exercício de 2015.

Da verba anunciada pelo ex-governador que estava em caixa, os R$ 301.753.499,68 fazem parte de recursos vinculados. "Ele tem destino específico e não pode ser utilizado para outras finalidades", justificou. Mesmo assim, o secretário de Fazenda, Márcio Monteiro, afirmou que o saldo da conta do Estado está positivo. "Vivemos um momento de austeridade. Não podemos gastar com coisas desnecessárias". **(GC)**

SAÚDE

Prefeito promete entregar reforma da UPA da Vila Almeida

ANNY MALAGOLINI

Depois de 15 dias fechada, a Unidade de Pronto Atendimento da Vila Almeida será aberta amanhã, prometeu ontem o prefeito Gilmar Olarte, depois de vistoriar as obras do local. O local está com o atendimento restrito a emergências desde o dia 25 de março.

Inicialmente, o município pretendia concluir a obra no dia 29 do mês passado. A unidade recebe diariamente 600 pacientes, mas, com a reforma, a orientação é de que os usuários procurem os postos de saúde com atendimento 24 horas, no Bairro Coophavila e Aero Rancho, distantes mais de 10 km da Vila Almeida. Casos de pediatria têm sido encaminhado ao Centro médico Pediátrico (Cempe), no centro da cidade. Este também é um fator que levou o aumento de pacientes no local, e, por consequência, o tempo de espera. De 240 pacientes por dia, atualmente a unidade atende quase 600 crianças. E o tempo de espera chega a 4 horas.

VALDENIR REZENDE

CAPITAL. Reforma do teto da unidade de saúde demorou 15 dias

LEIS MIRABOLANTES

'Circo' está na prefeitura, afirma presidente da Câmara

LAIRTES CHAVES

O presidente da Câmara Municipal de Campo Grande, Mário César (PMDB), voltou a defender, na manhã de ontem, os projetos de lei autorizativos apresentados pelos vereadores e afirmou que o "circo" não está na Casa de Leis, mas na prefeitura, responsável por deixar a cidade "parada" nos últimos dois anos. "A culpa não é da Câmara, e sim do poder executivo", defendeu o presidente.

As declarações aconteceram durante a sessão da Câmara e tiveram por base a reportagem publicada no **Correio do Estado** na segunda-feira, a qual trazia o desconforto da população com a proposição [e aprovação] de projetos de lei que teriam pouco a ver com a realidade e os problemas mais imediatos dos bairros e comunidades. Bueiros de alta tecnologia com programa de computador, semáforos à luz solar e a criação de um Conselho Municipal da Paz Mundial se destacaram entre as ideias mais "futuristas" dos vereadores, contrastando com a ausência de manutenção e de instalação mínima do mobiliário urbano na cidade.